



CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete da Deputada **JÚLIA ZANATTA** -

**COMISSÃO ESPECIAL SOBRE A REDUÇÃO DA JORNADA DE TRABALHO
(PEC 221/2019)**

REQUERIMENTO Nº _____/2026

(Da Sra. Júlia Zanatta)

Requer a realização de Audiência Pública para debater os impactos da PEC 221/2019 sobre o emprego formal e a informalidade no mercado de trabalho brasileiro.

Senhor Presidente,

Nos termos do art. 255 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, requeiro a Vossa Excelência a realização de Audiência Pública no âmbito da Comissão Especial sobre a Redução da Jornada de Trabalho (PEC 221/2019), com o objetivo de debater os riscos de desemprego, aumento da informalidade e impacto negativo sobre o custo do trabalho decorrentes da proposta de redução constitucional da jornada.

Requeiro que sejam convidados:

1. Representante da Confederação Nacional da Indústria (CNI)
2. Representante da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC)
3. Representante do SEBRAE
4. Representante da Associação Brasileira de Bares e Restaurantes (Abrasel)
5. Representante da Associação Brasileira de Supermercados

JUSTIFICATIVA

A redução da jornada de trabalho sem correspondente redução proporcional de salários eleva o custo unitário da mão de obra, pressionando as empresas, especialmente as de menor porte, a

Câmara dos Deputados | Anexo IV - 4º andar - Gabinete 448 | 70100-970
Brasília DF Tel (61) 3215-5448 |
dep.juliazanatta@camara.leg.br





CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete da Deputada **JÚLIA ZANATTA** -

adotar estratégias de ajuste que podem incluir demissões, não renovação de contratos, substituição de trabalhadores formais por informais ou terceirizados e redução dos quadros de pessoal.

Experiências internacionais, como a adotada pela França com a lei das 35 horas, demonstraram que a redução compulsória de jornada pode gerar resultados distintos dos esperados, com impactos negativos sobre o emprego no médio prazo, especialmente em setores intensivos em mão de obra. No Brasil, onde a informalidade já representa parcela expressiva do mercado de trabalho, os riscos são ainda maiores.

É indispensável que a Comissão Especial ouça os atores diretamente afetados pela proposta, empregadores, associações setoriais e entidades representativas do setor produtivo, antes de deliberar sobre medida de tamanha repercussão sobre o mercado de trabalho nacional.

Diante do exposto, contamos com o apoio dos nobres pares para a aprovação do presente Requerimento.

Sala da Comissão, na data da assinatura

Deputada Federal Júlia Zanatta
(PL/SC)

